



SENADOR CANEDO-GO

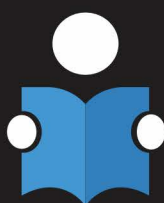
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR CANEDO - GOIÁS

PROFESSOR – PEDAGOGO

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Legislação Aplicada ao Setor Público
- ▶ Políticas e Legislação Educacional
- ▶ Conhecimentos Específicos

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

**EDITAL DE ABERTURA
Nº 01/2025**



40
ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO

BÔNUS

ÁREA DO
CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.



AVISO IMPORTANTE:



Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✕ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✕ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✕ Questões gabaritadas
- ✕ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



SENADOR CANEDO - GO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR
CANEDO - GOIÁS - GO

Professor – Pedagogo

EDITAL DE ABERTURA Nº 01/2025

CÓD: SL-022NV-25
7908433285823

Língua Portuguesa

1. Características e funcionalidades de diferentes gêneros e tipologias textuais. interpretação textual de diferentes gêneros e tipologias textuais. tipologias textuais: descritiva, narrativa, argumentativa, injuntiva, dialogal	9
2. Gramática normativa	21
3. Mecanismos de produção de sentidos nos textos: polissemia, ambiguidade, citação, inferência e pressuposto	21
4. Organização do texto e fatores de textualidade (coesão, coerência, intertextualidade, informatividade, intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade)	29
5. Progressão temática em textos	30
6. Elementos de sequenciação textual: referenciação, substituição, repetição, conectores e outros elementos	31
7. Tipos de argumento	32
8. Classificação gramatical. morfologia	32
9. Análise morfossintática	41
10. Fenômenos linguísticos	46
11. Concordância verbal e nominal	47
12. Regência verbal e nominal	51
13. Colocação pronominal	55
14. Pontuação	56
15. Figuras de linguagem	62
16. Interpretação: documentos legais e normativos	65
17. Acordo ortográfico de 1990	66

Legislação Aplicada ao Setor Público

1. Constituição federal de 1988: capítulo vii – da administração pública, seção i e seção ii	77
2. Ética no setor público	83
3. Noções de direito administrativo e princípios da administração pública (legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência)	84
4. Poderes administrativos	88
5. Atos administrativos	95
6. Processo administrativo	108
7. Controle	112
8. Responsabilização	118
9. Lei de licitações e contratos administrativos (lei nº 14.133/2021)	123
10. Improbidade administrativa (lei nº 8.429/1992: capítulo ii – dos atos de improbidade administrativa, capítulo v - do procedimento administrativo e do processo judicial e suas alterações na lei nº 14.230/2021)	167
11. Plano plurianual (ppa), lei de diretrizes orçamentárias (lto) e lei orçamentária anual (loa)	173
12. Noções básicas sobre controle interno e externo (artigos nº 70 a 74 da constituição federal/88)	176
13. Acesso à informação (lei nº 12.527/2011: capítulo iii – do procedimento de acesso à informação; capítulo iv – das restrições de acesso à informação; capítulo v – das responsabilidades)	178
14. Lei geral de proteção de dados pessoais (lei nº 13.709/2018 – capítulos: i – disposições preliminares; ii – do tratamento de dados pessoais e iv– do tratamento de dados pessoais pelo poder público)	182
15. Lei orgânica do município senador canedo (lei nº 01/1990: capítulo ii – do poder executivo, título ii – da organização dos poderes; e capítulo ii – dos servidores municipais, título iii – da administração municipal)	187

16. Servidores públicos do município de senador canedo (lei nº 1.488/2010)	191
--	-----

Políticas e Legislação Educacional

1. Teorias pedagógicas e políticas educacionais	219
2. Currículo: relação currículo, cultura e políticas curriculares.....	225
3. Teorias de currículo e práticas pedagógicas.....	231
4. Base nacional comum curricular (bncc)	232
5. Didática e prática de ensino: planejamento educacional, materiais curriculares e recursos didáticos	275
6. Função social do ensino e suas relações com o aprender e o ensinar.....	276
7. Gestão democrática e organização de sala de aula	283
8. Políticas educacionais: relação estado, sociedade e políticas educacionais	285
9. As políticas educacionais e a construção da escola pública brasileira	290
10. Formação inicial e continuada dos profissionais da educação	300
11. Financiamento da educação	301
12. Tecnologias da informação e comunicação e a prática educativa.....	302
13. Plano nacional de educação (pne)	305
14. Lei de diretrizes e bases da educação (lei nº 9.394/1996).....	320
15. Constituição federal de 1988 – art. 205 a 214	340
16. Educação inclusiva e diversidade: lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (lei nº 13.146/2015)	344
17. Estratégias práticas para inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e necessidades educacionais específicas	362
18. Diversidade étnico-racial, socioeconômica.....	363
19. Acessibilidade	365
20. Fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação (fundeb)	370
21. Diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial de professores para a educação básica (cne/cp nº 02/2019)	384
22. Índice de desenvolvimento da educação básica (ideb).....	390

Conhecimentos Específicos Professor – Pedagogo

1. Sociedade, cultura e educação	397
2. Aprendizagem e desenvolvimento.....	398
3. Abordagens do processo de ensino e aprendizagem.....	405
4. Concepções de currículo e organização escolar: estrutura e organização do currículo da educação básica, integração de áreas de conhecimento, objetivos, habilidades e competências.....	408
5. Planejamento, planos e projetos educativos	413
6. Projeto político pedagógico (metodologia de elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação)	419
7. Prática pedagógica e formação docente: desenvolvimento contínuo do professor, reflexão crítica sobre a prática, formação inicial e continuada.....	419
8. Educação inclusiva e diversidade: lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (lei nº 13.146/2015), estratégias práticas para inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e necessidades educacionais específicas; diversidade étnico-racial, socioeconômica; acessibilidade.....	425

ÍNDICE

9. Avaliação institucional e do processo de ensino-aprendizagem: instrumentos e estratégias de avaliação de estudantes, professores e instituições	425
10. Lei de diretrizes e bases da educação nacional (lei nº 9.394/96 - títulos iv e v)	428
11. Base nacional comum curricular (bncc) etapas da educação infantil e ensino fundamental	428
12. Estatuto da criança e do adolescente eca	428
13. Plano nacional de educação (pne): metas e diretrizes que orientam políticas públicas, planejamento escolar e práticas pedagógicas alinhadas à bncc e à ldb	442
14. Lei orgânica do município de senador canedo (lei nº 01/1990: título vi: capítulo i da educação; capítulo iii da família, da criança, do adolescente, do idoso e do deficiente)	442

ÍNDICE

LÍNGUA PORTUGUESA

CARACTERÍSTICAS E FUNCIONALIDADES DE DIFERENTES GÊNEROS E TIPOLOGIAS TEXTUAIS. INTERPRETAÇÃO TEXTUAL DE DIFERENTES GÊNEROS E TIPOLOGIAS TEXTUAIS. TIPOLOGIAS TEXTUAIS: DESCRITIVA, NARRATIVA, ARGUMENTATIVA, INJUNTIVA, DIALOGAL

O estudo dos tipos e gêneros textuais é fundamental para a compreensão e produção de textos em diversas situações comunicativas, sendo um tema recorrente em provas de concursos públicos. Ao compreender esses conceitos, o candidato adquire a capacidade de interpretar de forma mais eficaz os diferentes textos que encontrará, além de aprimorar sua habilidade de redigir conforme as exigências de cada situação.

Os tipos textuais referem-se a estruturas mais amplas e fixas que caracterizam a forma como o conteúdo é apresentado, como o narrativo, descritivo, dissertativo-argumentativo, expositivo e injuntivo. Já os gêneros textuais são as variadas manifestações desses tipos, adaptando-se ao contexto social, à finalidade e ao meio de comunicação, como notícias, editoriais, cartas de opinião, entre outros.

TIPOS TEXTUAIS: DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS GERAIS

Os tipos textuais são modelos de estrutura e organização que orientam a maneira como um texto é construído, determinando sua função comunicativa e as estratégias linguísticas empregadas em sua elaboração. Esses tipos são considerados padrões relativamente estáveis que definem a forma e o propósito do texto, orientando o autor e o leitor sobre como a mensagem será apresentada.

Ao todo, temos cinco tipos textuais clássicos, que aparecem com frequência em questões de concursos públicos e que são fundamentais para a compreensão da estrutura e organização dos textos: o descritivo, o injuntivo, o expositivo, o dissertativo-argumentativo e o narrativo. Cada um desses tipos textuais possui características próprias que influenciam a maneira como o texto é organizado, e a identificação dessas características é essencial para a interpretação e produção de textos de acordo com as demandas específicas de cada contexto.

TEXTO DIALOGAL

O texto dialogal é caracterizado pela interação direta entre dois ou mais interlocutores, seja na oralidade ou na escrita. Ele ocorre quando há uma troca de falas, podendo se manifestar em diversos contextos comunicativos, como conversas informais, entrevistas, peças teatrais, roteiros cinematográficos e até em trechos de narrativas literárias. Seu principal objetivo é estabelecer um intercâmbio de informações, ideias ou sentimentos entre os participantes da comunicação.

Diferente dos textos predominantemente expositivos ou narrativos, o texto dialogal se constrói a partir da alternância de enunciadores, sendo marcado por turnos de fala e elementos discursivos que refletem a oralidade, como interrupções, perguntas, expressões de surpresa e variações no tom de voz. Embora o diálogo ocorra de forma mais natural na linguagem falada, ele também pode ser estruturado na escrita, especialmente em obras literárias e peças teatrais.

Características do Texto Dialogal:

Os textos dialogais possuem algumas características específicas que os diferenciam de outros tipos textuais:

1. Presença de interlocutores – O diálogo é construído pela interação entre duas ou mais pessoas, que alternam suas falas ao longo do discurso.

2. Uso de marcas linguísticas da oralidade – Em situações informais, podem aparecer gírias, repetições, pausas e interjeições que simulam a espontaneidade da fala cotidiana.

3. Turnos de fala – Cada participante do diálogo tem sua vez de falar, criando uma estrutura interativa que pode ser organizada por meio de travessões, aspas ou marcas gráficas específicas.

4. Perguntas e respostas – O diálogo frequentemente contém perguntas, respostas, afirmações e negações, favorecendo a interação entre os interlocutores.

5. Uso de pronomes de tratamento – Dependendo do contexto e do grau de formalidade, pode haver o uso de pronomes como “você”, “senhor(a)”, “doutor”, entre outros.

Exemplos de Texto Dialogal:

O texto dialogal pode se manifestar de diversas formas no cotidiano e em produções escritas. A seguir, alguns exemplos típicos:

Conversas do dia a dia:

- Oi, como você está?
- Estou bem, e você?
- Tudo certo! Vamos sair hoje?

Diálogos em narrativas literárias:

- Você tem certeza de que esse é o caminho certo? - perguntou João, olhando ao redor.
- Sim, claro! - respondeu Maria. — Eu já estive aqui antes.

Entrevistas:

Entrevistador: Como foi o início da sua carreira?

Entrevistado: Foi desafiador, mas aprendi muito nesse período.

Peças teatrais e roteiros cinematográficos:

Personagem 1: Eu preciso te contar uma coisa muito importante.

Personagem 2: O que foi? Está me deixando preocupado!

► A Oralidade e a Escrita no Discurso Dialogal

Embora o diálogo seja mais comum na oralidade, ele também aparece na escrita, adaptando-se a diferentes gêneros textuais. Quando transposto para o texto escrito, o diálogo pode ser apresentado de diferentes formas:

1. Direto: O diálogo aparece fielmente reproduzido, com as falas dos interlocutores separadas por travessões ou aspas.

2. Indireto: As falas dos personagens são narradas pelo autor, sem a transcrição exata do diálogo. Exemplo: João perguntou a Maria se ela tinha certeza sobre o caminho, e ela respondeu que sim.

3. Indireto livre: Mistura elementos do discurso direto e indireto, permitindo que os pensamentos dos personagens apareçam no meio da narração, sem marcação explícita. Exemplo: João olhava ao redor. Mas será que esse era o caminho certo? Maria parecia confiante.

O texto dialogal é uma das formas mais dinâmicas de comunicação, permitindo a interação direta entre os participantes do discurso. Ele pode se manifestar de maneira espontânea na oralidade ou ser cuidadosamente estruturado na escrita, como em obras literárias e roteiros. Seu reconhecimento e compreensão são fundamentais para a interpretação de textos narrativos, entrevistas, peças teatrais e até mesmo interações digitais, como mensagens em redes sociais.

TEXTO DESCRITIVO

O texto descritivo tem como principal objetivo apresentar detalhadamente as características de pessoas, objetos, ambientes, situações ou sentimentos. Ele busca criar uma imagem mental no leitor, permitindo que ele visualize e compreenda aquilo que está sendo descrito. Para isso, utiliza uma linguagem rica em detalhes, explorando sentidos como visão, tato, olfato, paladar e audição.

Esse tipo de texto pode aparecer de forma independente ou como parte de outros textos, como narrativas e reportagens. Ele pode ser objetivo, quando se limita a descrever características concretas e verificáveis (como em descrições técnicas e científicas), ou subjetivo, quando envolve impressões e emoções do autor (como em textos literários e poéticos).

Características do Texto Descritivo:

O texto descritivo apresenta algumas marcas linguísticas e estruturais que o diferenciam de outros tipos textuais:

1. Uso de adjetivos e advérbios: São empregados para qualificar e detalhar os elementos descritos.

2. Emprego de verbos de estado e de ligação: Como “ser”, “estar”, “parecer” e “ficar”, que ajudam a caracterizar os elementos descritos.

3. Foco na visualização e nos sentidos: As descrições utilizam recursos que estimulam os sentidos do leitor, tornando a cena mais vívida.

4. Predomínio do tempo presente ou pretérito imperfeito:

Esses tempos verbais são comuns porque indicam permanência ou continuidade das características descritas.

5. Uso de comparações e metáforas: Quando a descrição é subjetiva, é comum o uso de figuras de linguagem para enfatizar características e criar imagens mais expressivas.

Exemplos de Texto Descritivo:

A descrição pode estar presente em diferentes contextos e gêneros textuais, como romances, relatórios, anúncios publicitários e artigos científicos. A seguir, alguns exemplos de aplicação desse tipo textual:

Descrição objetiva:

O quarto media aproximadamente quatro metros por três. As paredes eram pintadas de branco, e uma única janela permitia a entrada da luz natural. Sobre a mesa, havia um computador e diversos livros empilhados.

Descrição subjetiva:

O quarto parecia um refúgio de tranquilidade. A luz suave atravessava a janela, iluminando os livros dispersos sobre a mesa, como se aguardassem ansiosamente para serem lidos.

Descrição em textos narrativos:

A velha cabana de madeira erguia-se solitária no alto da colina. As paredes, desgastadas pelo tempo, revelavam rachaduras profundas. O vento assobiava entre as frestas, trazendo consigo o cheiro úmido de terra molhada.

Descrição em anúncios publicitários:

Descubra o novo smartphone X! Com tela infinita, câmera de alta resolução e um design sofisticado, ele é a escolha perfeita para quem busca tecnologia e elegância em um só produto.

► Tipos de Descrição

A descrição pode assumir diferentes formas, dependendo da intenção do autor e do contexto em que é utilizada:

▪ **Descrição estática:** Apresenta os elementos sem a necessidade de movimento ou mudança. É muito usada em descrições de paisagens e objetos.

▪ **Descrição dinâmica:** Os elementos são descritos em movimento, criando uma sensação de ação.

▪ **Descrição objetiva:** Baseia-se em características reais e verificáveis, sem a interferência de sentimentos ou opiniões do autor.

▪ **Descrição subjetiva:** Expressa a percepção do autor, carregada de emoção e subjetividade.

► Função e Aplicações do Texto Descritivo

O texto descritivo pode ter várias funções dentro da comunicação, sendo utilizado para diferentes finalidades:

▪ **Na literatura:** Criar atmosferas e aprofundar a caracterização de personagens e cenários.

▪ **Na publicidade:** Destacar qualidades de produtos e serviços.

LEGISLAÇÃO APLICADA AO SETOR PÚBLICO

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: CAPÍTULO VII – DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SEÇÃO I E SEÇÃO II

DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

► Disposições gerais e servidores públicos

A expressão Administração Pública em sentido objetivo traduz a ideia de atividade, tarefa, ação ou função de atendimento ao interesse coletivo. Já em sentido subjetivo, indica o universo dos órgãos e pessoas que desempenham função pública.

Conjugando os dois sentidos, pode-se conceituar a Administração Pública como sendo o conjunto de pessoas e órgãos que desempenham uma função de atendimento ao interesse público, ou seja, que estão a serviço da coletividade.

► Princípios da Administração Pública

Nos termos do caput do Artigo 37 da CF, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

As provas de Direito Constitucional exigem com frequência a memorização de tais princípios. Assim, para facilitar essa memorização, já é de praxe valer-se da clássica expressão mnemônica “LIMPE”. Observe o quadro abaixo:

Princípios da Administração Pública	
L	Legalidade
I	Impessoalidade
M	Moralidade
P	Publicidade
E	Eficiência
LIMPE	

Passemos ao conceito de cada um deles:

Princípio da Legalidade:

De acordo com este princípio, o administrador não pode agir ou deixar de agir, senão de acordo com a lei, na forma determinada. O quadro abaixo demonstra suas divisões.

Princípio da Legalidade	
Em relação à Administração Pública	A Administração Pública somente pode fazer o que a lei permite → Princípio da Estrita Legalidade
Em relação ao Particular	O Particular pode fazer tudo que a lei não proíbe

Princípio da Impessoalidade:

Em decorrência deste princípio, a Administração Pública deve servir a todos, sem preferências ou aversões pessoais ou partidárias, não podendo atuar com vistas a beneficiar ou prejudicar determinadas pessoas, uma vez que o fundamento para o exercício de sua função é sempre o interesse público.

Princípio da Moralidade:

Tal princípio caracteriza-se por exigir do administrador público um comportamento ético de conduta, ligando-se aos conceitos de probidade, honestidade, lealdade, decoro e boa-fé.

A moralidade se extrai do senso geral da coletividade representada e não se confunde com a moralidade íntima do administrador (moral comum) e sim com a profissional (ética profissional).

O Artigo 37, §4º da CF elenca as consequências possíveis, devido a atos de improbidade administrativa:

► Sanções ao cometimento de atos de improbidade administrativa

- Suspensão dos direitos políticos (responsabilidade política)
- Perda da função pública (responsabilidade disciplinar)
- Indisponibilidade dos bens (responsabilidade patrimonial)
- Ressarcimento ao erário (responsabilidade patrimonial)

Princípio da Publicidade:

O princípio da publicidade determina que a Administração Pública tem a obrigação de dar ampla divulgação dos atos que pratica, salvo a hipótese de sigilo necessário.

A publicidade é a condição de eficácia do ato administrativo e tem por finalidade propiciar seu conhecimento pelo cidadão e possibilitar o controle por todos os interessados.

Princípio da Eficiência:

Segundo o princípio da eficiência, a atividade administrativa deve ser exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional, evitando atuações amadorísticas.

Este princípio impõe à Administração Pública o dever de agir com eficiência real e concreta, aplicando, em cada caso concreto, a medida, dentre as previstas e autorizadas em lei, que mais satisfaça o interesse público com o menor ônus possível (dever jurídico de boa administração).

Em decorrência disso, a administração pública está obrigada a desenvolver mecanismos capazes de propiciar os melhores resultados possíveis para os administrados. Portanto, a Administração Pública será considerada eficiente sempre que o melhor resultado for atingido.

Disposições Gerais na Administração Pública:

O esquema abaixo sintetiza a definição de Administração Pública:

Administração Pública	
Direta	Indireta
Federal Estadual Distrital Municipal	Autarquias (podem ser qualificadas como agências reguladoras) Fundações (autarquias e fundações podem ser qualificadas como agências executivas) Sociedades de economia mista Empresas públicas
Entes Cooperados	
Não integram a Administração Pública, mas prestam serviços de interesse público. Exemplos: SESI, SENAC, SENAI, ONG's	

As disposições gerais sobre a Administração Pública estão elencadas nos Artigos 37 e 38 da CF. Vejamos:

CAPÍTULO VII DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações

para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

III - o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;

IV - durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;

V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam - se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VI - é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;

VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VIII - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público; (Vide Emenda constitucional nº 106, de 2020)

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o §4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Regulamento)

XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando - se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19.12.2003)

XII - os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

XIII - é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

POLÍTICAS E LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

TEORIAS PEDAGÓGICAS E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

O estudo das teorias educacionais é essencial para a compreensão dos diversos processos de ensino e aprendizagem que ocorrem em ambientes educacionais. Essas teorias fornecem diferentes perspectivas sobre como as pessoas aprendem e sobre como o ensino pode ser planejado e executado de forma mais eficaz. As teorias educacionais não apenas informam a prática pedagógica, mas também influenciam políticas educacionais e a formação de professores. Este texto tem como objetivo explorar algumas das principais teorias educacionais, examinando suas características fundamentais, suas contribuições para a prática educativa e suas aplicações no contexto escolar.

A educação, como campo de estudo, é rica e diversa, com uma vasta gama de abordagens teóricas que ajudam a explicar como o aprendizado ocorre e como pode ser facilitado. Entre essas teorias, destacam-se o behaviorismo, o construtivismo, a teoria sociointeracionista e a abordagem humanista. Cada uma dessas teorias oferece uma visão única sobre o processo educativo e apresenta diferentes métodos e estratégias que podem ser aplicados na sala de aula.

O behaviorismo, por exemplo, foca no comportamento observável e nas respostas a estímulos do ambiente, enfatizando a importância do reforço e da punição no processo de aprendizagem. Já o construtivismo propõe que o conhecimento é construído ativamente pelo aprendiz, com base em suas experiências e interações com o ambiente. A teoria sociointeracionista destaca o papel fundamental da interação social e da cultura no desenvolvimento cognitivo, enquanto a abordagem humanista enfatiza a importância do crescimento pessoal e da autorrealização.

Ao longo deste estudo, serão examinadas essas teorias em detalhes, discutindo-se seus fundamentos, principais teóricos e implicações para a prática educacional. Além disso, serão apresentadas aplicações práticas de cada teoria, oferecendo exemplos de como elas podem ser utilizadas para melhorar o ensino e a aprendizagem em diferentes contextos educativos.

A análise das teorias educacionais não apenas enriquece o conhecimento dos educadores, mas também lhes proporciona ferramentas e estratégias para enfrentar os desafios diários da prática pedagógica. Compreender as diferentes abordagens teóricas permite que os professores adaptem suas metodologias de ensino às necessidades específicas de seus alunos, promovendo uma educação mais eficaz e inclusiva. Em suma, o estudo das teorias educacionais é um passo fundamental para qualquer profissional da educação que deseja melhorar sua prática e contribuir para o desenvolvimento integral dos estudantes.

BEHAVIORISMO

O behaviorismo é uma teoria psicológica que se concentra no estudo do comportamento observável dos indivíduos e suas respostas a estímulos do ambiente. Surgida no início do século XX, essa abordagem rejeita a introspecção e os processos mentais internos como objetos de estudo, priorizando a análise das interações visíveis e mensuráveis entre os organismos e seu ambiente. Entre os principais teóricos do behaviorismo destacam-se John B. Watson, que é considerado o fundador da abordagem, e B.F. Skinner, que desenvolveu a teoria do condicionamento operante. Este capítulo abordará os principais conceitos do behaviorismo, seus métodos e aplicações práticas na educação.

John B. Watson e o Condicionamento Clássico

John B. Watson propôs que a psicologia deveria ser uma ciência objetiva e experimental, concentrando-se no comportamento observável. Inspirado pelo trabalho de Ivan Pavlov, Watson adaptou os princípios do condicionamento clássico para o estudo do comportamento humano.

O condicionamento clássico envolve a associação de um estímulo neutro com um estímulo incondicionado que naturalmente provoca uma resposta. Com o tempo, o estímulo neutro passa a provocar a mesma resposta, agora chamada de resposta condicionada.

- **Experimentos de Pavlov:** Pavlov demonstrou o condicionamento clássico em seus experimentos com cães, nos quais o som de uma campainha (estímulo neutro) era associado à apresentação de comida (estímulo incondicionado), levando os cães a salivarem (resposta incondicionada). Após repetidas associações, os cães começavam a salivar ao ouvir a campainha, mesmo na ausência de comida, indicando a resposta condicionada.

- **Aplicações de Watson:** Watson aplicou esses princípios ao comportamento humano, como no famoso experimento com o pequeno Albert, onde uma criança foi condicionada a temer um rato branco ao associá-lo repetidamente com um som alto e assustador. Este experimento demonstrou que emoções e respostas emocionais poderiam ser condicionadas em humanos.

B.F. Skinner e o Condicionamento Operante

B.F. Skinner expandiu os conceitos de Watson ao desenvolver a teoria do condicionamento operante, que descreve como o comportamento é influenciado pelas consequências que se seguem a ele. Skinner introduziu os conceitos de reforço e punição como mecanismos para aumentar ou diminuir a probabilidade de um comportamento ser repetido.

- **Reforço Positivo e Negativo:** O reforço positivo envolve a apresentação de um estímulo agradável após um

exemplo, elogiar um aluno por concluir uma tarefa pode encorajá-lo a repetir o comportamento no futuro. O reforço negativo, por outro lado, envolve a remoção de um estímulo desagradável para aumentar a frequência de um comportamento. Por exemplo, permitir que um aluno pare de realizar uma tarefa aversiva após responder corretamente a uma pergunta.

▪ **Punição Positiva e Negativa:** A punição positiva envolve a apresentação de um estímulo desagradável após um comportamento, visando diminuir sua ocorrência. Por exemplo, repreender um aluno por se comportar de maneira inadequada. A punição negativa envolve a remoção de um estímulo agradável após um comportamento indesejado, como retirar privilégios ou tempo de recreio.

Aplicações do Behaviorismo na Educação

O behaviorismo tem várias aplicações práticas na educação, especialmente no gerenciamento de sala de aula e no desenvolvimento de programas de modificação de comportamento. Algumas das técnicas mais comuns incluem:

- **Reforço de Comportamentos Desejáveis:** Utilizar recompensas e elogios para incentivar comportamentos positivos, como participação ativa, respeito às regras da sala de aula e conclusão de tarefas. Sistemas de pontos ou estrelas podem ser implementados para motivar os alunos.
- **Modelagem e Shaping:** A modelagem envolve demonstrar um comportamento desejado para que os alunos possam imitá-lo. O shaping é uma técnica que reforça gradualmente aproximações sucessivas de um comportamento desejado, ajudando os alunos a desenvolver habilidades complexas passo a passo.
- **Contratos de Comportamento:** Estabelecer contratos de comportamento com os alunos, onde são definidos comportamentos esperados e as recompensas ou consequências associadas. Isso pode ajudar a criar um ambiente de sala de aula mais estruturado e previsível.
- **Gestão de Sala de Aula:** Utilizar técnicas de gestão de sala de aula baseadas no behaviorismo, como reforço positivo para manter a ordem e disciplina, e punições consistentes para comportamentos disruptivos. A clareza nas expectativas e nas consequências ajuda os alunos a entenderem o que é esperado deles.

Críticas e Limitações do Behaviorismo

Apesar de suas contribuições significativas, o behaviorismo também enfrenta críticas e limitações. Uma das principais críticas é a sua ênfase no comportamento observável, desconsiderando os processos mentais internos, como pensamentos, emoções e motivações. Além disso, alguns críticos argumentam que o uso excessivo de reforço e punição pode levar a uma dependência externa, onde os alunos agem de determinada maneira apenas para obter recompensas ou evitar punições, em vez de desenvolverem uma compreensão intrínseca do comportamento adequado.

O behaviorismo, com seus conceitos de condicionamento clássico e operante, oferece uma perspectiva valiosa para a compreensão e modificação do comportamento humano. Suas

aplicações na educação são diversas e eficazes, especialmente no gerenciamento de sala de aula e no incentivo a comportamentos positivos. No entanto, é importante reconhecer suas limitações e integrá-lo com outras abordagens teóricas para proporcionar uma educação mais holística e centrada no aluno.

CONSTRUTIVISMO

O construtivismo é uma teoria da aprendizagem que enfatiza a construção ativa do conhecimento pelo aprendiz. Em vez de serem vistos como receptores passivos de informações, os alunos são considerados participantes ativos no processo de aprendizagem, que constroem conhecimento através de suas próprias experiências e interações com o mundo. As raízes do construtivismo podem ser encontradas nos trabalhos de Jean Piaget e Lev Vygotsky, cujas teorias sobre desenvolvimento cognitivo e social continuam a influenciar profundamente a educação contemporânea. Este capítulo abordará os principais conceitos do construtivismo, destacando as contribuições de Piaget e Vygotsky, bem como suas implicações práticas para o ensino.

Jean Piaget e a Teoria do Desenvolvimento Cognitivo

Jean Piaget, um psicólogo suíço, é um dos principais teóricos do construtivismo. Ele propôs que as crianças passam por uma série de estágios de desenvolvimento cognitivo, cada um caracterizado por diferentes capacidades de pensamento e compreensão. Piaget acreditava que o aprendizado ocorre quando as crianças interagem com o ambiente e constroem seu próprio entendimento através de processos de assimilação e acomodação.

Estágios de Desenvolvimento: Piaget identificou quatro estágios principais de desenvolvimento cognitivo:

- **Sensório-motor (0-2 anos):** Neste estágio, as crianças exploram o mundo através de seus sentidos e ações motoras. Elas desenvolvem a noção de permanência do objeto, ou seja, a compreensão de que os objetos continuam a existir mesmo quando não estão visíveis.
- **Pré-operacional (2-7 anos):** As crianças começam a usar símbolos, como palavras e imagens, para representar objetos e eventos. No entanto, seu pensamento ainda é egocêntrico e elas têm dificuldade em ver as coisas do ponto de vista dos outros.
- **Operacional Concreto (7-11 anos):** As crianças desenvolvem a capacidade de pensar logicamente sobre eventos concretos. Elas podem realizar operações mentais, como classificação e seriação, e entender conceitos de conservação.
- **Operacional Formal (a partir dos 12 anos):** Neste estágio, os adolescentes desenvolvem a capacidade de pensar abstratamente e de raciocinar sobre hipóteses. Eles podem usar o pensamento dedutivo e considerar múltiplas perspectivas.
- **Processos de Aprendizagem:** Piaget introduziu os conceitos de assimilação e acomodação para descrever como as crianças aprendem. ****Assimilação**** é o processo de incorporar novas informações em esquemas existentes, enquanto ****acomodação**** é a modificação de esquemas existentes para incorporar novas informações.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

SOCIEDADE, CULTURA E EDUCAÇÃO

A educação tem o compromisso social de desenvolver as capacidades cognitivas, físicas e afetivas do indivíduo, preparando-o para exercer cidadania participativa na sociedade em que se encontra inserido. Em outras palavras, a função social da escola no que tange à garantia de direitos consiste na formação do cidadão com consolidação dos valores de solidariedade e comprometimento com a transformação do meio social.

► Constituição Federal 1988 - Artigo 205

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

► LDB (1996)

“A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.” (TÍTULO I Da Educação Art. 1º)

▪ **Aprendizagem:** é a função básica da escola, e consiste em assegurar a aquisição de habilidades, conhecimentos e valores fundamentais à socialização do aluno, fazendo-se imprescindível que a escola proporcione o domínio dos temas culturais elementares da escrita, leitura, da leitura, das letras e da ciência das artes. O pleno exercício dos direitos de cidadão é completamente inviável sem tais aprendizagens.

▪ **Inclusão:** o direito à aprendizagem e o acesso à educação e constituem garantias constitucionais universais, isto é, são previstos a todos os cidadãos brasileiros como dever a família e do Estado. As práticas educacionais inclusivas propiciam uma realidade putada na diversidade de habilidades, contextos, experiências, e capacidades entre alunos. À medida que as diferenças são respeitadas, maior é o progresso de estudantes e educadores, independente de se tratarem de portadores de quaisquer tipos de deficiências.

▪ **Padrão excludente e capacitismo:** tradicionalmente, a diversidade de habilidades e características intelectuais e físicas foi classificada pelo conhecimento científico e clínico na forma de padronizações excludentes. Essa perspectiva fez conformar-se no decorrer do século XVIII o denominado

▪ “corpo normal”, que consistia em um parâmetro arbitrário de humanidade fundamentada em uma série de atributos considerados indispensáveis para se constituir como um sujeito de direitos. Um indivíduo que não se enquadrasse nesses padrões era tido como menos apto e, portanto, era excluído dos ambientes de educação, trabalho e convívio social. Daí surgiu o capacitismo, fenômeno social e histórico, produto da sucessão estrutural e sistêmica de pessoas portadoras de deficiência.

▪ **Lei Brasileira de Inclusão - Lei nº 13.146/2015):** conhecida também como Estatuto da Pessoa com Deficiência, trata-se de um grupo de diretrizes que voltadas à seguridade da promoção, em isonomia de condições, do exercício das liberdades e dos direitos fundamentais por pessoas portadoras de deficiência, para fins de sua cidadania e inclusão na sociedade. A LBI tem sua importância na desconstrução dessa tradição histórica, estabelecendo a deficiência como característica indissociável do contexto, por se realizar na interação de um sujeito portador de um ou mais atributos divergentes do parâmetro. Aliás, a deficiência – independentemente de sua ordem – existe apenas na relação com uma realidade saturada de barreiras para inclusão total do indivíduo que a porta. Esses impedimentos podem ser de ordem arquitetônica (banheiros não adaptados, passagens estreitas, etc.), nos transportes (ausência de corrimão e rampas etc.), tecnológicas (que impedem o acesso à tecnologia), urbanística (ausência de sinal sonoro em semáforos e de piso tátil, calçada desnivelada, etc.), na comunicação (ausência de texto alternativo, de libras e legendas).

▪ **Democracia:** na educação democrática, a decisão sobre seu destino é prerrogativa de todos. A divisão das responsabilidades e as resoluções capazes de modificar a posição de cada um são tomadas no coletivo, englobando os administradores, os funcionários, o corpo docente e os pais dos alunos. Assim, cada um está responsável por si mesmo e pelos outros.

▪ **Aprendizagem na Escola Democrática:** essa abordagem se fundamenta no incentivo e na prática do desejo de aprender e ensinar. Essa escola se baseia em três princípios: 1) autogestão - em que os sujeitos que fazem parte de uma experiência de Educação Democrática são responsáveis por ela; 2) prazer do conhecimento - porque se acredita que o aprendizado proporciona prazer e alegria e, sendo assim, aos indivíduos que se envolvem nesse processo não se aplicam disciplinas ou punições; 3) não existe hierarquia no conhecimento, pois, de acordo com esse princípio, os

▪ conhecimentos científico, acadêmico, comunitário, tradicional e religioso são respeitados, valorizados e se desenvolvem exatamente no seu contato.

▪ **Cultura:** além da socialização, a educação cultural tem a capacidade de integração dos diversos saberes e a promoção de seu debate em sala de aula. Sabe-se que a socialização do conhecimento é missão da escola, mas também é sua função observar e abordar as manifestações culturais como meio de ensinar e socializar os estudantes. Para que a cultura possa nutrir o processo de aprendizagem, é importante invalidar o caráter excludente do currículo tradicional de muitas escolas, pois isso reforça as desigualdades sociais, diante da adoção de parâmetros culturais discrepantes à realidade dos educandos. Para que haja uma cooperação entre a educação e a cultura, é crucial desconstruir certos estereótipos que ainda vagam nas mentes tanto de professores quanto de alunos, que insistem em legitimar como cultura somente as datas comemorativas tradicionais e as festas popularmente conhecidas. Diante desse cenário, surge a necessidade de prestar atenção às demais culturas como um princípio de riqueza que pode aprimorar o processo ensino-aprendizagem, adotando metodologias adequadas para que o educador possa atingir os resultados esperados. A cultura é o componente fundamental no processo ensino-aprendizagem, sendo necessário que a escola a incorpore em seu contexto e a insira nos seus currículos, projetos e demais ações pedagógicas.

▪ **Daltonismo cultural:** uma prática docente multiculturalmente direcionada, (que desafie os obstáculos estabelecidos pela diversidade de culturas na sociedade e nos espaços de ensino) exige uma conduta de superação do 'daltonismo cultural', tão comumente observado nas escolas e agente da negligência do 'arco-íris de culturas'. O exercício docente orientado nesse sentido requer, ainda, uma abordagem de valorização da bagagem cultural resultante da. Requer uma perspectiva que valorize e leve em conta a riqueza decorrente da presença de culturas diversas no ambiente de aprendizado (CANDAU, 2003).

► Os processos de ensino e aprendizagem

O processo de ensino-aprendizagem (PEA) é definido como um sistema de transferência de conhecimento entre professores e alunos, devendo se basear na objetividade do que é necessário ao aprendizado do educando. Não se pode exercer uma educação superficial, mas uma educação que se proponha a aprendizagem e o desenvolvimento, visando à transformação de pensamento dos educandos. A atuação do professor deve ser calcada na contínua reflexão sobre o modo como o ensino é propiciado no ambiente escolar e se há correspondência com a teoria compreendida.

▪ **Componentes pessoais do PEA:** professor e aluno.

Componentes não pessoais do PEA:

▪ **Problema:** manifesta a demanda social. Estabelece a circunstância existente no objeto de estudo e que exige a ação de um sujeito para a sua modificação, para atendimento da demanda e cumprimento do objetivo (Por que se ensina e aprende?).

▪ **Objeto:** trata-se do âmbito portador do problema, que, ao progredir, transforma-se na solução para o problema, levando ao alcance do objetivo (O que se desenvolve?).

▪ **Objetivo:** consistem nas aspirações ou objetivos a se alcançar no PEA para se atingir as mudanças pretendidas tanto nos educandos quanto nos educadores (Por que ensinar e por que aprender?).

▪ **Conteúdo:** compreende toda cultura acumulada pela humanidade e que deve ser objeto de aprendizado pelos educandos, como forma de se atingir os objetivos estabelecidos [O que se ensina e o que se aprende?].

▪ **Método:** trata-se da forma, isto é, a programação que se deve seguir no PEA para que os educandos possam se apropriar de todo o conteúdo transmitido e, assim, cumprir os objetivos [Como se ensina e como se aprende?].

▪ **Meios:** consistem nos objetos materiais dos quais se fazem uso no PEA como suporte das metodologias, a fim de que os educandos possam se apropriar do conteúdo transmitido mais eficiente e eficazmente possível, e, assim, cumprir os objetivos [Com o que se ensina e com o que se aprende?].

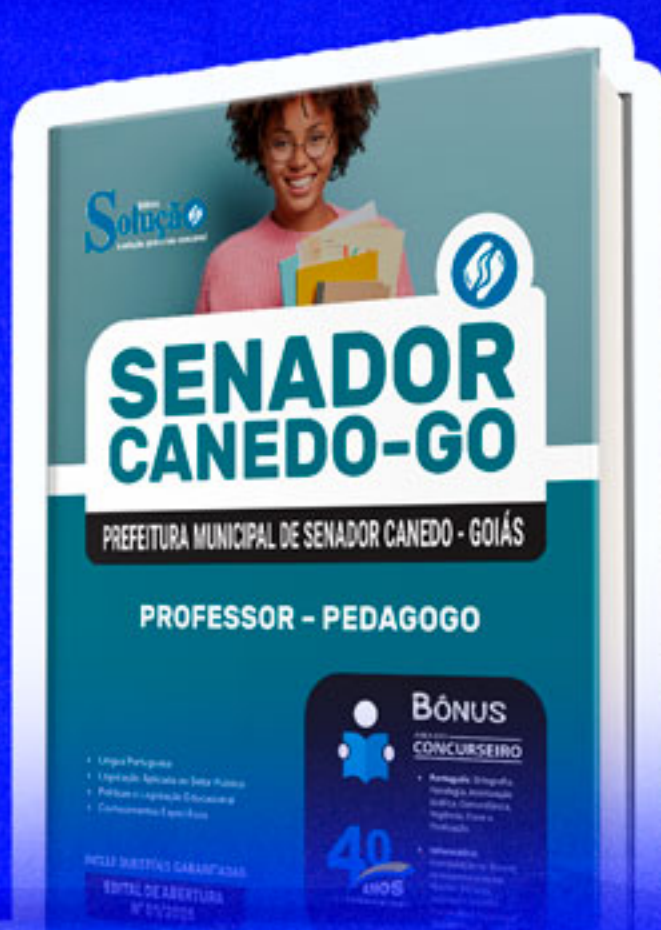
▪ **Formas organizativas:** compreende toda ordenação externa que o PEA adota em conformidade com os objetivos que os educandos devem atingir e com o conteúdo a ser assimilado. Como organizar a relação educador/educando?].

▪ **Avaliação:** reflete as mudanças realizadas pelos educandos, se estão ou não em conformidade com o objetivo [Qual foi o nível de aprendizado?].

APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO

A relação entre aprendizagem e desenvolvimento é um tema central nas ciências da educação, sendo fundamental para entender como as pessoas adquirem conhecimentos, habilidades e comportamentos ao longo de sua vida. Esses dois processos estão intimamente interligados, embora sejam conceitos distintos. Enquanto o desenvolvimento se refere às mudanças graduais e sistemáticas que ocorrem ao longo do tempo, afetando as capacidades cognitivas, emocionais e físicas, a aprendizagem é o processo pelo qual uma pessoa adquire, modifica ou reforça comportamentos, conhecimentos ou habilidades por meio da experiência, estudo ou ensino.

No campo da educação, compreender essa interação é essencial para criar ambientes e práticas pedagógicas que respeitem as fases do desenvolvimento dos alunos e estimulem o aprendizado eficaz. O desenvolvimento humano não é um processo linear; ele ocorre em múltiplas dimensões, como a cognitiva, emocional e social, todas influenciadas por fatores internos e externos. A aprendizagem, por sua vez, é uma peça-chave para o desenvolvimento, pois é por meio dela que os indivíduos transformam suas experiências em conhecimento aplicável.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!